



Centro de Formação  
Jurídica e Judiciária



## LANÇAMENTO DO PROJECTO

# Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique

7 de Novembro de 2022  
Cidade de Maputo,  
Sala de Conferências do IPAJ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,  
ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS  
E RELIGIOSOS

Apoio Financeiro:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

## 1. Enquadramento

Os abusos e violações de direitos humanos nas empresas, principalmente nos projectos de investimento agrário e recursos naturais é uma realidade em Moçambique. Por exemplo, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), no seu Relatório de Direitos Humanos em Moçambique referente ao período de 2018 a 2019, refere que os direitos das comunidades onde estão implantados os projectos da indústria extractiva (carvão, petróleo e gás) continuam longe de serem respeitados, na medida em que se verifica, entre outros aspectos, situações de incumprimento dos planos de reassentamento, falha na implementação das medidas de responsabilidade social, falta de transparência na alocação e gestão dos benefícios das comunidades locais, desigualdade de oportunidades e tratamento para os moçambicanos, condições de trabalho inapropriadas, e não disponibilização de informação.

Em Moçambique, o quadro legal geral de direitos humanos e negócios é regido pela Constituição da República de Moçambique (CRM). Nos termos da Constituição, a República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem” (artigo 3). Portanto, a perspectiva é que as empresas respeitem esses direitos e liberdades fundamentais e se não os respeitarem sejam responsabilizados (como último recurso) ou sensibilizados a fazê-lo, embora não haja na Constituição uma disposição clara que permite um indivíduo ou comunidade trazer uma acção directa contra uma empresa que tenha violado os direitos humanos.

As principais instituições para a promoção e protecção dos direitos humanos em Moçambique são os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este quadro institucional inclui também instituições públicas relevantes, tal é caso do Ministério Público (PGR), da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), do Provedor de Justiça, da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), dos tribunais e da Polícia da República de Moçambique (PRM).

As acções e mecanismos de intervenção de cada uma dessas instituições na promoção, respeito, protecção e realização dos direitos humanos são a principal razão que levou o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) a elaborarem o projecto de “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique”.

A iniciativa surge num contexto em que a situação dos direitos humanos em Moçambique tende a ficar cada vez mais preocupante, estando os direitos civis, políticos e económicos em alto risco. O seu foco está voltado para acções e mecanismos de intervenção das instituições responsáveis pela promoção, respeito, protecção e realização dos direitos humanos e a capacitação dos defensores de direitos humanos.

É dentro deste contexto que o CDD e o CFJJ realizam o evento de lançamento do Projecto de “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector judicial no Norte de Moçambique”. O Projecto visa contribuir para o fortalecimento das capacidades de actuação dos provedores da justiça, defensores de direitos humanos, empresas e demais actores em matérias de direitos humanos em ambiente de negócios.

## 2. Objectivos do Evento

Deste modo, são os objectivos específicos do evento os seguintes:

- Divulgar o Projecto junto dos principais actores de intervenção e apoio na área de direitos humanos, direito ao desenvolvimento e promoção dos direitos das pessoas desfavorecidas e vulneráveis;
- Partilhar as linhas gerais do Projecto com os diferentes actores que actuam para a promoção e defesa dos direitos humanos em Moçambique, principalmente num contexto de implementação de Projectos de investimento nas áreas dos recursos naturais e indústria extrativa.
- Identificar potenciais parceiros de cooperação e implementação do Projecto.

## 3. Data e local do evento

O evento terá lugar no dia 7 de Novembro de 2022, na Sala de Conferências do IPAJ, na Cidade de Maputo.

## 4. Formato, participantes e programa

O evento será híbrido (presencial e virtual através da Plataforma Zoom Meeting), com transmissão em directo nas redes sociais do CDD e do CFJJ.

Os participantes incluem representantes do Governo, do sistema de administração da justiça; dos parceiros de cooperação, do sector privado, da academia e da sociedade civil.

## 5. Programa

<b>Hora</b>	<b>Actividade/tema</b>	<b>Interveniente</b>
<b>08:30-08:55</b>	Entrada e registo de participantes	Protocolo
<b>08:55-09:00</b>	Entrada dos membros do Presidium	Protocolo
<b>09:00-09:05</b>	Palavras de cumprimentos e apresentação do programa do evento	MC
<b>09:05-09:15</b>	Notas de boas-vindas e contextualização do evento pelo Director Executivo do CDD	Prof. Adriano Nuvunga
<b>09:15-09:25</b>	Apresentação das linhas gerais do Projecto pela Excelentíssima Directora-Geral do CFJJ	Dra. Elisa Samuel Boerekamp

<b>09:25-09:35</b>	Momento cultural por um juiz recém-formado pelo CFJJ: declamação de poesia sobre direitos humanos e negócios	Dr. Emerson Mutombene
<b>09:35-09:45</b>	Intervenção do representante do PNUD	Representante do PNUD
<b>09:45-09:55</b>	Intervenção do representante da Embaixada da Suíça	Dr. Mauricio Sulila
<b>09:55-10:05</b>	Discurso de lançamento do Projecto pela Sua Excelência, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	Dra. Helena Mateus Kida
<b>10:05-10:15</b>	Foto de ocasião	Todos
<b>10:15-11:00</b>	coffee	Todos